

### IMPOSTOS

# R\$ 31,6 milhões sonegados voltam aos cofres do DF

» ANA ISABEL MANSUR

Em apenas quatro meses, R\$ 31.673.440,83 retornaram aos cofres do Distrito Federal após ações de combate à sonegação, que distribuíram 35 multas, de 1º de janeiro a 30 de abril de 2022. O valor é referente ao **Imposto sobre Serviços (ISS)** que não seria pago pelas empresas autuadas. O montante é 680% superior à quantidade recuperada no primeiro quadrimestre de 2021, quando R\$ 4.060.993,80 foram reabsorvidos pelo Executivo local, por meio de 11 autos de infração. Entre as inconsistências percebidas, estão notas fiscais emitidas e não escrituradas e imposto declarado diferente das notas fiscais emitidas. Os números são da Subsecretaria da Receita (Surec), ligada à Secretaria de Economia (Seec), e foram obtidos com exclusividade pelo **Correio**. As operações da Surec fiscalizam médias e grandes empresas.

Os setores que lideram as infrações aplicadas são saúde e veterinária, ensino e informática, mas as áreas de construção civil, serviço de apoio administrativo e assistência técnica também foram multadas. Os valores recolhidos retornaram aos cofres do Distrito Federal e estão disponíveis para investimentos em serviços públicos. Com a quantidade restituída, é possível construir 15 escolas, inaugurar três unidades básicas de saúde ou disponibilizar 226 moradias sociais (confira quadro).

O valor recuperado, porém, poderia ser maior, de acordo com o economista Riezo Almeida. "Todas as empresas estão sujeitas a essa fiscalização, mas, na prática, há uma sistematização por meio dos auditores da Receita do DF em relação a temática, volume de arrecadação e prioridades, pois o governo não consegue fiscalizar todas as empresas de todos os setores em Brasília", destaca.

Thiago Sorrentino, professor de direito tributário do Ibmec Brasília, concorda com o colega e sugere ações complementares. "O GDF deveria ter iniciativas como o **Nos Conformes, do estado de São Paulo** que busca melhorar as relações com o sujeito correto e contra o sonegador. É um modo de tratar corretamente o bom pagador de tributos e separá-lo do mau pagador", opina o especialista. De acordo com o professor, historicamente, a entidade responsável pela fiscalização financeira do governo é o Legislativo, com auxílio dos tribunais de contas.

Segundo Sorrentino, três leis principais definem a destinação do dinheiro público: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. "O fluxo não acaba na LOA. Os gestores seguem processos administrativos para escolha de outras aplicações específicas do dinheiro e liberação dos fundos, para ordenar as despesas. É um caminho burocrático, baseado em normas antigas, das quais a maior parte é anterior à Constituição. E, no fim, todos esses processos não garantem a proteção e a fiscalização necessárias para que o dinheiro público seja bem gasto", conclui o professor.

O crescimento da arrecadação em 2022, com os valores readquiridos em ISS pode ser explicado pelo fortalecimento das ações de fiscalização no DF, conforme aponta o secretário de Economia, José Itamar Feitosa. "O GDF contratou novos auditores

#### Conceito

Imposto cobrado sobre os prestadores de serviços, sejam pessoas físicas (autônomos) ou jurídicas, à exceção de trabalhos prestados no exterior sem reflexo no Brasil. A alíquota varia de 2% a 5%, a depender do serviço. Se houver incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o serviço, não há pagamento de ISS, para evitar dupla tributação. A taxa cobrada de profissionais autônomos é tabelada e varia de R\$ 556,45 a R\$ 1.112,88.

#### Estreitamento

O Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (Nos Conformes), criado em 2018, dá condições para a construção de um ambiente de confiança recíproca entre os órgãos da Fazenda paulista e os contribuintes. O projeto privilegia atividades de orientação, atendimento e autorregularização, por meio de sistemas de classificação de contribuintes e de agendamento eletrônico.

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento de SP

#### Áreas

##### INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGURO

**R\$ 762,9 milhões (39,6%)**

##### SAÚDE E VETERINÁRIA

**R\$ 223,7 milhões (11,6%)**

##### ENSINO

**R\$ 78 milhões (4%)**

##### CONSTRUÇÃO CIVIL:

**R\$ 64,8 milhões (3,4%)**

##### SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

**R\$ 63,5 milhões (3,3%)**

Fonte: Secretaria de Economia do DF

#### Finanças

A LOA é conhecida como uma peça de execução orçamentária, pois é nela que o governo coloca em prática os programas e projetos que foram previstos no Plano Plurianual (PPA) e priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

fiscais e reforçou os mecanismos de fiscalização, investindo em novas tecnologias. Isso tem nos permitido realizar operações mais constantes e evitar a sonegação de impostos", avalia.

Paulo Roberto Batista, coordenador do núcleo do ISS da Subsecretaria da Receita (Surec), da Secretaria de Economia

Ações de fiscalização recuperaram valores de ISS não pagos pelas empresas da capital do país, de janeiro a abril de 2022. Dinheiro é incluído agora passa a integrar orçamento público, que pode ser destinado a investimentos no Distrito Federal

### O que pode ser feito com R\$ 31.673.440,83

Com o valor recuperado, é possível construir, no DF:

**15 centros de ensino infantil**, ao custo médio de **R\$ 2 milhões**, com capacidade para atender 220 alunos, em 700m<sup>2</sup> de área construída

**3 unidades básicas de saúde**, ao custo médio de **R\$ 8,2 milhões**, com capacidade para 28 mil atendimentos mensais, em 2,1 mil m<sup>2</sup> de área construída

**226 unidades habitacionais**, ao custo médio de **R\$ 140 mil**, compostas por dois quartos, sala, cozinha e banheiro, com 50,7m<sup>2</sup>

Fonte: o **Correio** fez os cálculos com base em obras recém-inauguradas pelo Governo do Distrito Federal: Residencial Júlio César Peres, em Samambaia; UBS do Riacho Fundo 2, na QS 09; e Centro de Ensino Infantil (CEI) 10, de Taguatinga



### IMPOSTÔMETRO

# R\$ 1.006.618.390,62

arrecadação de ISS no DF, entre 1º de janeiro e 25 de maio de 2022

Fonte: Portal da Transparência DF

(Seec), reforça a observação do secretário. Segundo Paulo Roberto, 15 auditores fiscais passaram a fazer parte da equipe no fim de 2021, cuja atuação ajuda a combater a sonegação e fortalecer a arrecadação no DF. "O processo de monitoramento começou a ser feito de maneira mais aprofundada a partir de outubro

de 2019 e ganhou mais força em 2020. A entrada de novos auditores fiscais trouxe uma evolução significativa e os números mostram isso", aponta gestor.

A autuação faz parte da etapa de fiscalização, que sucede ações de monitoramento. Nos quatro primeiros meses deste ano, a Receita monitorou 498

empresas quanto a possíveis operações fraudulentas em relação ao pagamento do ISS, que poderiam chegar a R\$ 49 milhões. Esse número diz respeito a atividades suspeitas. Uma vez identificadas, é dada à firma a oportunidade de sanar as incoerências, antes de ser multada. "Se não o faz, em até 90

dias, é encaminhado para a fiscalização e recebe o auto de infração", explica o coordenador, que cita os casos encaminhados diretamente à fase de punição. "Como é o caso das vendas de cartão de crédito e débito sem emissão de nota fiscal. É autuado de imediato, porque é uma sonegação", define.